

STJ00114940

**MAGNO GOMES DE OLIVEIRA**

---

# PROPORCIONALIDADE E INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA

---



Littere

**Editora executiva**

Ana Cristina Miranda

**Capa**

Bruno Mota Pinheiro

**Projeto gráfico / Editoração e diagramação**

Bruno Mota Pinheiro

**Catálogo**

Gabriela Alves Gomes

**Revisão**

Katy Silva

**Impressão**

Tecnograf

1224301

**Dados Internacionais da Catalogação na Publicação (CIP)**

---

O48c Oliveira, Magno Gomes de  
Proporcionalidade e individualização da pena / Magno Gomes de Oliveira; organizado pela editora-executiva Ana Cristina Miranda da Costa. - Fortaleza: Littere Editora, 2020.

248p. il.

ISBN 978-65-88739-02-0

1. Direito. 2. Efeitos jurídicos. I. Título.

CDD 340

---

**Índice para catálogos sistemáticos**

1- Direito: 340

978-65-88739-02-0



**Littere**

**Littere**

Rua Capitão Hugo Bezerra, 357

- Barroso - CEP: 60862-840 -

Fortaleza - Ceará

[www.editoralittere.com.br](http://www.editoralittere.com.br)

# SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>15</b>
<b>I. Da sociedade disciplinar à sociedade de controle.....</b>	<b>19</b>
<b>1.1 A modulação de condutas imposta pelo direito penal.....</b>	<b>22</b>
<b>1.2 Conceitos de crime.....</b>	<b>24</b>
1.2.1 Conceito legal no Brasil.....	24
1.2.2 Conceito formal.....	25
1.2.3 Conceito material.....	25
1.2.4 Conceito analítico.....	27
<b>1.3 Princípios constitucionais aplicáveis ao direito penal .....</b>	<b>28</b>
1.3.1 Dignidade da pessoa humana .....	29
1.3.2 Reserva legal.....	31
1.3.3 Anterioridade.....	32
1.3.4 Taxatividade.....	33
1.3.5 Culpabilidade.....	35
1.3.6 <i>Ne bis in idem</i> .....	36
1.3.7 Insignificância ou bagatela.....	37
1.3.8 Intervenção mínima.....	40
1.3.9 Intranscendência ou responsabilidade pessoal.....	41
1.3.10 Inderrogabilidade.....	42
1.3.11 Humanidade das penas.....	43
1.3.12 Proporcionalidade.....	44
1.3.13 Individualização das penas.....	46
<b>1.4 Fins das penas e suas correntes doutrinárias.....</b>	<b>47</b>
1.4.1 Teorias absolutas.....	49
1.4.2 Teorias relativas.....	49
1.4.3 Teorias mistas.....	51

1.4.4 Principais correntes doutrinárias.....	52
<b>1.5 Penas em espécie no direito positivo brasileiro.....</b>	<b>59</b>
<b>1.6 Critérios legais para individualização das penas.....</b>	<b>63</b>
1.6.1 Individualização legislativa.....	65
1.6.2 Individualização judicial.....	66
1.6.3 Individualização executória.....	67
<b>II. Princípio da proporcionalidade e sua presença no direito penal.....</b>	<b>69</b>
<b>2.1 Origens e dimensão constitucional.....</b>	<b>71</b>
<b>2.2 Ponderação e proporcionalidade.....</b>	<b>74</b>
<b>2.3 Natureza jurídica da proporcionalidade ou proibição de excesso...75</b>	
2.3.1 Tese da proibição de excesso como princípio.....	76
2.3.2 Tese da proibição de excesso como regra.....	78
2.3.3 Tese da proibição de excesso como postulado normativo.....	79
2.3.4 Teses mistas.....	80
<b>2.4 Os subprincípios derivados da proporcionalidade .....</b>	<b>81</b>
2.4.1 Adequação .....	81
2.4.2 Necessidade.....	82
2.4.3 Proporcionalidade em sentido estrito.....	83
<b>2.5 Proporcionalidade penal e limites ao <i>jus puniendi</i>.....</b>	<b>84</b>
2.5.1 Aplicação abstrata.....	88
2.5.2 Aplicação concreta.....	90
<b>2.6 Proporcionalidade e política criminal.....</b>	<b>91</b>
2.6.1 Direito penal do autor vs. direito penal do fato.....	94
2.6.2 Direito penal do autor, perigosidade e perfilamento.....	98
2.6.3 Inteligência artificial e os <i>standards</i> de julgamento.....	103
2.6.4 Direito penal do fato, bem jurídico e danosidade social.....	115
<b>III. Individualização da pena e proporcionalidade na sentença judicial.....</b>	<b>121</b>

<b>3.1 Teorias da aplicação das penas.....</b>	<b>121</b>
3.1.1 Teoria do espaço livre .....	122
3.1.2 Teoria dos níveis.....	123
3.1.3 Teoria da retribuição da culpabilidade.....	124
3.1.4 Teoria unificadora preventiva da pena.....	124
3.1.5 Teoria da moldura de prevenção.....	125
3.1.6 Teoria da proporcionalidade pelo fato.....	126
<b>3.2 Análise crítica das teorias.....</b>	<b>131</b>
<b>3.3 Proporcionalidade na individualização da pena.....</b>	<b>136</b>
3.3.1 Proporcionalidade ao fato ou ao agente?.....	138
3.3.2 Proporcionalidade ao risco?.....	140
<b>3.4 Antecedentes, reincidência penal e prevenção especial.....</b>	<b>157</b>
<b>3.5 Individualização da pena no direito comparado.....</b>	<b>163</b>
3.5.1 Dosimetria no direito penal brasileiro.....	164
3.5.2 Dosimetria no direito penal português.....	177
3.5.3 Dosimetria no direito penal espanhol.....	185
3.5.4 Dosimetria no direito penal francês.....	190
3.5.5 Dosimetria no direito penal alemão.....	194
<b>3.6 Individualização da pena na jurisprudência do STJ do Brasil.....</b>	<b>197</b>
<b>3.7 Individualização da pena na jurisprudência do STJ de Portugal....</b>	<b>201</b>
<b>3.8 Reflexões críticas à jurisprudência coletada.....</b>	<b>204</b>
<b>Conclusões.....</b>	<b>213</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>221</b>